



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

MARIA DE FÁTIMA DIAS ROCHA PEREIRA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL - a inclusão escolar na perspectiva do  
acolhimento como uma ação diferenciadora nas escolas da rede regular de  
ensino**

Souza - PB

2014

MARIA DE FÁTIMA DIAS ROCHA PEREIRA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL - a inclusão escolar na perspectiva do  
acolhimento como uma ação diferenciadora nas escolas da rede regular de  
ensino**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos em Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Orientadora: Janine Vicente Dias

Souza – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P436e Pereira, Maria de Fátima Dias Rocha  
Educação especial [manuscrito] : a inclusão escolar na perspectiva do acolhimento como uma ação diferenciadora nas escolas da rede regular de ensino / Maria de Fátima Dias Rocha Pereira. - 2014.  
25 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Janine Vicente Dias, Departamento de Educação".

1.Educação Especial. 2. Inclusão. 2. Acolhimento. I. Título.  
21. ed. CDD 371.9

MARIA DE FÁTIMA DIAS ROCHA PEREIRA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL - a inclusão escolar na perspectiva do  
acolhimento como uma ação diferenciadora nas escolas da rede regular  
de ensino**

Monografia apresentada ao Curso de  
Especialização Fundamentos em Educação:  
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da  
Universidade Estadual da Paraíba, em  
convênio com Escola de Serviço Público do  
Estado da Paraíba, em cumprimento à  
exigência para obtenção do grau de  
Especialista.

*Janine Vicente Dias*

Prof. Janine Vicente Dias  
Orientadora

*Ariane Kércia Benício de Sá Barreto*

Prof. Ariane Kércia Benício de Sá Barreto  
Examinadora

*Ana Alice Rodrigues Sobreira*

Prof. Ana Alice Rodrigues Sobreira  
Examinadora

Dedico este título de especialista primeiramente a Deus que é o sustentáculo de minha vida e fonte inesgotável de bondade. A meu esposo Zé Pereira que me incentiva a estudar sempre vibra a cada conquista minha, seja ela profissional e pessoal.

A meus Filhos: Paulo Henrique e Francisco José a minhas noras: Louise e Janice Ruth, minha Filha Camila e meu genro e Junior que sempre compreenderam e me deram força para continuar a trajetória acadêmica e de forma carinhosa sempre me apoiaram nas dificuldades. E em especial as minhas netas Sammira, Paula, Marina, e Alice que são a alegria de nossas vidas.

**DEDICO**

## **AGRADECIMENTOS**

- ✓ Agradeço a Deus por te me dado coragem para mais uma etapa de estudo.
- ✓ A Janice Ruth que sempre foi presente e companheira, auxiliando nas duvidas, me orientando na área da informática, e colaborando nos momentos mais complicado a você Janice muito obrigado, sem a sua ajuda teria sido bem mais difícil.
- ✓ A professora Janine, pelo incentivo, pela ajuda e a força que me deu tornando possível a concretização desse sonho.
- ✓ A Júlia, minha sobrinha deficiente, pela a riqueza de seu convívio me fez refletir e estudar sobre questões que envolve a inclusão em todas as suas etapas.
- ✓ E a todos meus professores que dividiram comigo seus conhecimentos e afetos.
- ✓ Aos colegas de curso pelo o enriquecimento do convívio e mais amizades conquistadas.

Meu muito obrigada.

*Se o professor acreditar que incluir é destruir barreiras e que ultrapassar as fronteiras é viabilizar a troca no processo de construção do saber e do sentir, ele exercerá seu papel, fundamental, para assegurar a educação inclusiva que todos nós desejamos, semeando assim um futuro que sugerirá menos discriminação e mais comunhão de esforços na proposta de integrar e incluir.*

**RESUMO**

Este estudo destaca a evolução do conceito de Educação Especial ao longo da história até o alcance da percepção de uma Educação que ultrapassa o processo de integração das condições físicas, intelectuais e sociais, para um novo formato de construção dos saberes através da inclusão. Dentro deste marco, o objetivo geral desta refletir sobre a inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais dentro de uma perspectiva do acolhimento como prática educativa de reconhecimento das diferenças no âmbito escolar. O corpo teórico se constituiu através da pesquisa bibliográfica que permitiu evidenciar a Educação Inclusiva como uma possibilidade de transformar a escola em um espaço de democratização e participação de todos em uma sociedade integradora. Desta feita, o acolher como ação educativa se descreve através do reconhecimento das diferenças como uma forma de oportunidade de formação, crescimento e desenvolvimento dos valores determinantes em uma sociedade inclusiva, tais como: o amor, o respeito e a consolidação de direitos igualitários para todos. Este estudo apresenta como ressalta o reconhecimento da existência das diferenças, o respeito à diversidade e a importância da visibilidade daqueles que possuem necessidades específicas.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Inclusão. Acolhimento.



## **ABSTRACT**

This study highlights the evolution of the concept of Special Education throughout history until reaching the perception of an education that goes beyond the process of integration of physical, intellectual and social conditions, to a new form of construction of knowledge through inclusion. Within this framework, the general objective of this reflect on the inclusion of children with Special Educational Needs within the perspective of the host as an educational practice for the recognition of differences in schools. The theoretical body constituted through the literature that has highlighted the Inclusive Education as a possibility to transform the school into a space of democratization and participation for all in an inclusive society. This time the host as an educational action described by recognizing the differences as a way of training opportunity, growth and development of the key values in an inclusive society, such as love, respect, and the consolidation of equal rights for all . This study presents highlights as the recognition of the existence of differences, respect for diversity and the importance of visibility of those who have specific needs.

**Keywords:** Special Education. Inclusion. Host.

## **LISTA DE SIGLAS**

**IBC:** Instituto Brasileiro do Café

**INES:** Instituto Nacional de Educação dos Surdos

**LDEBEN:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC:** Ministério de Educação e Cultura

**CNE:** Conselho Nacional de Educação

**LIBRAS:** Língua Brasileira de Sinais

**PDE:** Plano de Desenvolvimento da Educação

**SEESP:** Secretaria de Educação Especial

**ECA:** Estatuto da Criança e do Adolescente

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2. PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA O ESTUDO DA INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA.....	13
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL .....	13
2.2 EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA INTEGRAÇÃO À INCLUSÃO.....	16
3. O ACOLHER COMO AÇÃO DIFERENCIADORA DA INCLUSÃO ESCOLAR.	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	22
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	24

## INTRODUÇÃO

Falar de inclusão em uma sociedade pluralista é ir além de conceitos e categorias do pensamento social, já que a questão da inserção social é a cada dia mais discutida em diferentes segmentos e espaços, especialmente por orientar o debate sobre o direito a igualdade, fundamental para a vida humana.

É com este recorte, que o presente trabalho ressalta o reconhecimento da existência das diferenças, o respeito à diversidade e a importância da visibilidade daqueles que possuem necessidades específicas e que requerem condições de igualdade para desfrutarem de seus direitos fundamentais. Com isso, aponta também o papel da escola, que tem assumido a premissa de incluir os cidadãos e grupos sociais que estão marginalizados pelo fenômeno da exclusão social, assumindo a função de inserção das pessoas com necessidades especiais no âmbito educativo, que incluem: os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Como principal suporte teórico, o estudo se orienta em torno do conceito de educação inclusiva, que valoriza a diversidade em detrimento da homogeneidade, e que por isso pode oferecer a todos os alunos as mesmas oportunidades de aprendizagem. Torna-se notável pensar que esse tipo de educação leva a mudanças nas concepções tradicionais de ensino e nas práticas pedagógicas realizadas comumente no ambiente escolar. Logo, é observado ao longo deste trabalho que a inclusão leva a uma flexibilização na educação e ultrapassa o conceito de integração escolar. Aqui, a questão da inclusão aparece como uma tarefa imprescindível para o alcance de uma sociedade verdadeiramente democrática e, portanto, deve ser o princípio fundamental de qualquer forma de educação.

Adentrando-se mais ao tema, é possível observar que no processo de inclusão escolar o **acolhimento**, implica em uma prática educativa determinante no processo de socialização dos alunos com Necessidades Educativas Especiais. Portanto, é destaque uma pedagogia em que o acolher realiza uma reflexão de que o ensino exige o risco de aceitar o novo e descartar qualquer forma de discriminação. O acolhimento, delineado por sua essência, possibilita cultivar os saberes necessários para uma prática educativa transformadora.

Por isso, cabe ressaltar que o acolhimento deve ser uma ação de inclusão em todos os âmbitos da sociedade, tanto familiar, laboral, quanto sociocultural. Outrossim, é no campo educativo que o acolher de pessoas com Necessidades Educativas Especiais serve de ponte para a construção de uma educação igualitária.

É na luz destes argumentos que se formula o a questão central desta pesquisa: *Que efeitos podem produzir o acolhimento como ação educativa na inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais?*

Diante deste problema, o objetivo geral deste estudo é refletir sobre a inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais dentro de uma perspectiva do acolhimento como prática educativa de reconhecimento das diferenças no âmbito escolar.

Como objetivos específicos, se busca:

- Descrever o processo de inclusão escolar na sociedade;
- Identificar os principais aspectos que norteiam a integração e a inclusão nas escolas;
- Analisar o acolhimento como uma prática de reconhecimento das diferenças na escola.

Justifica-se este trabalho partindo do entendimento de que a promoção da inclusão não é uma responsabilidade única da escola, senão uma questão social a ser administrada por todos. E sendo uma problemática educacional, não pode ficar limitada apenas as ações fracionadas de práticas educativas de adaptação e integração de crianças com Necessidades Educativas Especiais. Considera-se relevante, por isso, destacar a pedagogia da autonomia que diz respeito à inclusão como um processo centralizado primeiramente no acolher das diferenças.

Como escolha metodológica para se chegar aos objetivos propostos, se prezou por uma pesquisa teórica, feita com a finalidade de obter um conhecimento específico e estruturado sobre a Inclusão Escolar, de forma a possibilitar uma reflexão mais sistemática e crítica a respeito do acolhimento como ação de destaque no processo de integração e inclusão nas escolas.

Desta forma, considerando o caráter abrangente, multidimensional e dinâmico da inclusão escolar, optou-se quanto a forma de estudo a pesquisa exploratória e bibliográfica como a apropriada no sentido de registrar e analisar os principais conceitos teóricos que envolvem esse objeto.

De acordo com Lakatos, a pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. (1992, 44).

Assim, para efetivação desta pesquisa bibliográfica, se prezou pelo levantamento de temas e tipos de abordagens já realizados, explorando conceitos e categorias já estabelecidas pela comunidade científica, selecionando os conhecimentos a partir da leitura, análise e interpretação de livros, artigos científicos e monografias publicadas, que permitiram a construção do referencial teórico para a reflexão da questão proposta.

## **2. PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA O ESTUDO DA INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA**

A Educação Especial está ocupando um papel de grande destaque no cenário internacional e nacional. A partir da década de 1990, se fortaleceram várias posições sociais e políticas de garantia de uma educação para todos, independente de classe, raça e gênero, bem como, em respeito à diversidade cultural e individual. Neste capítulo serão apresentadas algumas seções que evidenciam a evolução de uma modalidade educacional diferenciada e que tem por finalidade promover a justiça social.

### **2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**

A educação especial possui como princípios norteadores os valores democráticos que direcionam a ação educativa e visam à cidadania em seu pleno funcionamento.

A Educação Especial se constituiu no final do século XVIII, com o surgimento de instituições especializadas para surdos e cegos nas sociedades ocidentais. De acordo com Bueno (2004) a Educação Especial nasceu voltada para a oferta de escolarização a crianças cujas “anormalidades” foram supostamente determinadas como prejudiciais ou impeditivas para sua inserção em processos regulares de ensino.

No Brasil, os serviços de educação especial evoluíram a partir do caráter assistencial, que visava apenas o bem estar da pessoa portadora de deficiência, priorizando posteriormente os aspectos médicos e psicológicos. Em seguida, chegaram às instituições escolares como uma ação integradora e, depois a inclusão da educação especial no sistema regular de ensino.

Conforme Mendes (2010), os primeiros atendimentos oficiais no Brasil a pessoas

“excepcionais”, como eram chamados na época, iniciaram-se, em 1854 quando foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos atual Instituto Benjamin Constant (IBC), fundado por D. Pedro II na cidade do Rio de Janeiro, Capital do Império. Três anos depois, na mesma cidade, foi fundado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, posteriormente chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). É preciso evidenciar que a implantação desses institutos constituiu um ato isolado, uma vez que não existiam ainda naquele período legislações e ou diretrizes para a educação de maneira geral, muito menos para as pessoas com deficiências.

Segundo Gomes e Gonzalez Rey (2008), o processo de inclusão social está relacionado à Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada em 1948. Contudo, o período que vai marcar significativamente este conceito é a década de 1990 com a percepção da necessidade de uma sociedade mais igualitária com oportunidades para todos.

De acordo com Mendes (2006) a inclusão social passa a ser uma proposta em âmbito internacional de construção de um processo onde todas as pessoas excluídas pudessem ter acesso a direitos mais igualitários. Assim, no campo da educação estabelece-se um movimento de equiparação de oportunidades para todos, com base em uma sociedade democrática voltada para a diversidade e aceitação das diferenças.

No Brasil, algumas das referências legais sobre o direito à educação das pessoas com deficiência e que apresentam necessidades especiais são encontradas nos seguintes documentos: Emenda Constitucional nº 12 de 1978, Constituição Federal de 1988, Lei nº 7.853 de 1999 (Lei da Integração), Decreto nº 3.298 de 1999 (regulamenta a Lei nº 7.853), Declaração de Salamanca de 1994, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN nº 4.024/61, Lei nº 5.692/71 (Diretrizes para o 1º e 2º graus), Política Nacional de Educação Especial – MEC/1994, LDBEN nº 9.394/96, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial – CNE/2001, Plano Nacional de Educação Lei nº 10.172 de 2001, Convenção de Guatemala de 1999 promulgada pelo Decreto nº 3.956/2001, Lei nº 10.436/02 (Libras), Programa Educação Inclusiva: direito a Diversidade em 2003 (programa do MEC), Decreto nº 5.296/04 (regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00 para promoção de acessibilidade), Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE de 2007, Decreto nº 6.094/2007 para implementação do PDE e, em outubro de 2007, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, SEESP, 2008).

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, Lei nº 8.069/90, disserta sobre o direito da criança e do adolescente, com necessidades educativas especiais, de se

matricularem preferencialmente na rede regular de ensino.

No entanto, foi a partir da “Declaração de Salamanca - Conferência Mundial sobre Educação Especial”, em Salamanca na Espanha no ano de 1994, que a ideia de inclusão escolar e social da pessoa com deficiência ganhou impulso em todo o mundo. Nela, estiveram representados noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais, que juntos estabeleceram um plano de ação norteado pelo princípio da inclusão de todos os alunos, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. Essa declaração estabeleceu uma série de recomendações que deveriam ser desenvolvidas pelos governos participantes nos anos seguintes (SANCHEZ, 2005).

Assim, entre idas e voltas, à Educação Especial foi sendo fundamentada em um discurso moral, lógico, científico, político, econômico e legal, onde surgiram as principais bases para uma proposta de unificação do ensino. Contudo, esclarece Mendes (2006) que na medida em que o ideal de inclusão se dissemina e torna-se ponto de discussão para os interessados nos direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais, são renovadas antigas discussões referentes às formas de efetivá-la.

Entretanto, é com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, que a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais passa a ser uma realidade em escolas regulares (BRASIL, 1996).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, Cap. V, Art.58 a Educação Especial é:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

No entanto, mesmo diante de alguns progressos, do apoio da legislação, do aumento da consciência da sociedade para a questão, dos inúmeros debates, eventos nacionais e internacionais que abordam e desenvolvem este tema, é importante destacar ainda se tem uma prática bastante distante da teoria e muitos são os fatores que determinam esta realidade.

Por isso, diante do exposto, Duk (2006) evidencia que os estudantes com necessidades educacionais especiais são sujeitos que estão constantemente em risco de serem excluídos do processo ensino e aprendizagem. Assim a garantia do princípio de igualdade, tão conclamado em nossas leis será efetivado pela oferta de iguais condições e oportunidades para que todos



possam desenvolver suas competências e participar ativamente na sociedade.

Neste sentido, Mantoan (2003) cita o preconceito, as políticas públicas que não encorajam a ruptura com a visão homogeneizadora da escola e o paternalismo em relação aos grupos mais fragilizados como os principais fatores impeditivos de uma inclusão plena das pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas comuns.

Logo, o principal objetivo da educação proposta nas políticas públicas para os estudantes portadores de necessidades educacionais especiais é o de reduzir as condições impeditivas que os impossibilitam de participar de modo pleno na sociedade, possibilitando-lhes o exercício da cidadania.

## 2.2 EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA INTEGRAÇÃO À INCLUSÃO

A evolução dos serviços de educação especial no Brasil se configurou em três momentos, o da **institucionalização** através de terapias individuais; o dos **serviços** onde o trabalho educacional estava pautado em ações destinadas a alfabetização, sem perspectivas, uma vez que não se acreditava na capacidade de qualquer desenvolvimento intelectual; e o dos **suportes**, fundamentado no desenvolvimento tanto pessoal quanto profissional derivados da convivência na diversidade e, sócio politicamente, com princípio para a igualdade, que aponta para a inclusão (SANT'ANA, 2005).

A partir da década de 60 o atendimento educacional destinado aos alunos com deficiência começou a se consolidar. A preocupação em garantir o acesso à escola aos portadores de deficiências resultou na criação de escolas e classes especiais nas redes públicas. Contudo, as classes especiais tornaram-se espaços de segregação para os alunos que não se adequavam no sistema regular de ensino, funcionando como sistema paralelo e distanciado, com didática e profissionais próprios.

Os movimentos sociais intensificaram em defesa dos direitos das minorias, passando os indivíduos considerados fora dos padrões normais a terem maior visibilidade e participação na sociedade. Segundo Glat e Fernandes (2005), foi adotado no âmbito da Educação Especial um novo paradigma, a Integração, que se baseava na preparação de alunos provenientes das classes e escolas especiais para serem preferencialmente integrados no ensino regular.

A idéia de integração surge com a intenção de derrubar a prática da exclusão social que percorreu durante muitos séculos. As instituições foram se aprimorando para atender melhor as pessoas com deficiência. O que se pretendia era proporcionar serviços possíveis a essas pessoas, pois a sociedade não os recebia nos serviços existentes na comunidade

(PRIETO, 2006).

No entanto, o modelo integrador, na prática, não tinha o compromisso com o desenvolvimento das potencialidades existentes no indivíduo, nem com um ensino que achasse caminhos para a aprendizagem. Ao contrário, a integração esperava que o indivíduo se adaptasse à escola, absorvendo dela aquilo que, por si só, conseguisse realizar.

Todavia, se atentou-se que: integrar não significava **incluir**. O propósito desse modelo era a aceitação de pessoas com “deficiência” nas escolas de ensino regular, com a pretensão de que estes indivíduos estivessem o mais próximo possível dos demais alunos, ajudando-os a ter uma aproximação com um padrão de normalidade (CARNEIRO, 2008). Em meados da década de 1980 e início de 1990, no meio internacional, configurava-se um movimento de luta contra essa concepção de educação especial, que até então dedicava atenção a um grupo reduzido de alunos qualificados como deficientes ou com necessidades educacionais especiais (MENDES, 2010).

Diante dessa realidade surgiu o movimento da **inclusão**, que propunha um novo conceito de necessidades especiais, reconhecendo que as dificuldades apresentadas por alguns alunos são resultado de algumas formas de organizar as escolas e, por consequência, das formas de ensinar delineadas por este modelo. Isso resultou a revisão do sistema de educação (BEYER, 2006).

A concepção da educação inclusiva constitui, portanto, um novo enfoque para a educação, trazendo contribuições valiosas para a reflexão sobre a transformação conceitual à prática do sistema educacional. Segundo Sasaki (2005), no modelo inclusivo quem se ajusta é a sociedade, em especial, a escola, tendo como principal valor, a diferença. Esta atua com vistas a garantir todas as condições de acessibilidade, de participação e cidadania. Seu foco não é somente os alunos com necessidades especiais, mas todos os alunos, tendo, como objetivo, garantir uma educação de qualidade para todos.

Logo, em tempos de educação inclusiva não há mais espaço para modelos educativos que busquem homogeneizar e normalizar seus alunos, mas sim propostas que contemplem a diversidade (STAINBACK, 2006).

Entretanto, Gomes e Gonzaley Rey (2008) relatam que ainda no século XXI persistem barreiras que distanciam a legalidade da objetividade das políticas educacionais inclusivas no país, onde a realidade vivida nas ações educacionais é totalmente diferente da teoria existente.

Cabe ressaltar que não é a deficiência em si que tornam as pessoas com necessidades especiais “incapazes” de exercer sua cidadania. O meio social é que as enxergam dessa forma e não fornece mecanismos para que possam agir de forma autônoma dentro da sociedade.

Neste sentido, Prieto (2006) retrata que a educação inclusiva propõe um novo paradigma que fundamenta-se na valorização da aceitação da diversidade, por apresentar respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e propor práticas pedagógicas que rompam com as existentes nos sistemas de ensino.

Desta maneira, Funghetto (2005) relata que a educação inclusiva tem como propósito ampliar a ação educativa não apenas em relação às dificuldades de aprendizagem relacionadas às condições, disfunções, limitações e deficiências, mas, sobretudo, a uma ação que abrange todo e qualquer aluno que apresenta durante o processo de aprendizagem alguma necessidade especial, permanente ou temporária, buscando desenvolver as potencialidades destes alunos, a fim de que concretizem a aprendizagem.

Desse modo, a educação especial é uma modalidade de ensino que envolve todos os níveis e modalidades, realizando o atendimento educacional especializado, disponibilizando e orientando sobre recursos e serviços que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem nas turmas do ensino regular. Com relação ao atendimento especializado, o mesmo deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou em instituição especializada que o ofereça (MEC/SEESP, 2008).

É neste ponto que a Educação Especial se converte em uma Educação Inclusiva, visto que, tem como objetivo principal que todas as crianças possam aprender juntas, sem que existam barreiras para as dificuldades, respeitando as diferentes formas de aprender (CARVALHO, 2005).

### **3. O ACOLHER COMO AÇÃO DIFERENCIADORA DA INCLUSÃO ESCOLAR**

O direito à educação escolar é uma dimensão da cidadania, e tal direito é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais, econômicos e políticos. Todo o avanço da educação foi fruto de lutas conduzidas por uma concepção democrática de sociedade em que se postula ou a igualdade de oportunidades ou a igualdade de direitos (GLAT & PLETSCHE, 2004).

Assim, o termo inclusão utilizado nos dias atuais como diretriz principal das políticas públicas educacionais brasileiras busca desmistificar qualquer tipo de preconceito com referência às pessoas com necessidades especiais, pois as mesmas possuem limitações para exercer ou praticar determinadas atividades, mais podem e têm o direito de exercer e praticá-las dentro dos seus limites e de forma eficaz como outro cidadão qualquer.

O sucesso de uma educação inclusiva para alunos com necessidades especiais depende do processo de **acolhimento**. Para o professor trabalhar as potencialidades existentes em seus alunos é necessário primeiro que as conheça, para que possa analisar a melhor forma de atuação pedagógica, e desta forma obter o desenvolvimento esperado do aluno. O educador deve focar seus trabalhos com referência no que o aluno tem de potencial, no que pode favorecer seu aprendizado, e não no que ele tem de deficitário (PLETSCH, 2009).

Segundo Domingos (2005) o acolhimento em educação está baseado na aceitação e interesse por aquele a quem vamos transmitir o conhecimento, buscando adaptar as propostas pedagógicas às suas necessidades.

De acordo com Silva e Aranha (2005) acolher a diferença é reconhecer a natureza do desenvolvimento humano que, por excelência, é singular. Diante desta premissa, o educando cria situações de comunicação contextualizadas em um ambiente favorável para que ocorra interação e troca de conhecimentos.

Ser uma escola inclusiva exige remover as barreiras que dificultam ou mesmo impedem o recebimento de alunos com necessidades especiais. Na medida em que a educação inclusiva exige um ensino adaptado às diferenças e as necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino (RODRIGUES, 2008).

Um dos principais pontos de discussão relacionados à educação é a ausência de formação especializada dos educadores para trabalhar nas salas de ensino regular com a clientela especial. Isso certamente se constitui em um sério problema na implantação de políticas desse tipo. Pois, os profissionais se sentem inseguros quanto à didática e a abordagem que devem ser utilizadas e direcionadas tanto aos alunos tidos como “normais” quanto aos com necessidades educativas especiais.

Para Oliveira (2008) o docente não tem obrigação de estar apto para suprir as necessidades clínicas e terapêuticas de seus alunos, e sim para lidar com as propostas pedagógicas que auxiliem no desenvolvimento deles. Trabalhar com crianças com necessidades especiais não requer uma especialização para reduzir ou eliminar às suas deficiências, entretanto, o professor precisa transpor as barreiras que se constroem nas relações sociais presentes na escola.

A criança que apresenta limitações necessita de um atendimento pedagógico acolhedor e diferenciado, dependendo de profissionais que estejam dispostos a atender suas necessidades, se engajando na melhoria das condições de adaptação e oferecendo novos

caminhos de socialização.

O acolhimento no ambiente escolar vem da preparação carinhosa de todos para deixar a escola com mais acessibilidade, com recursos diferenciados que atendam aos alunos, além de educadores afetivos e dispostos a desenvolver um trabalho de mudança. Esse processo de mudança exige esperança e afirmação para superar posturas excludoras e seletivas (GLAT E FERNANDES, 2005).

Para Silva e Aranha (2005) a escola deverá estar orientada e preparada para reconhecer a existência de demandas individuais e coletivas, priorizando a diversidade e o próprio reconhecimento do outro.

Na educação inclusiva não se espera que a pessoa com deficiência se adapte à escola, mas que esta utilize métodos e técnicas que a transforme, de forma a possibilitar a inclusão daquela (DOMINGOS, 2005).

Nessa perspectiva, é papel da escola é mudar para acolher bem, produzindo situações e políticas internas que favoreçam a educação de modo que a criança com necessidades educativas especiais e as denominadas como “normais” convivam em harmonia, e possam usufruir de seus direitos de aprender plenamente.

Salgado (2006) destaca a importância de valorizar e formar educadores criativos e comprometidos com o processo de inclusão escolar, ressaltando que esse posicionamento exige uma disponibilidade de troca com o outro, aprendizado constante e a ressignificação de conceitos e valores.

Cabe aos profissionais inseridos na educação observar quem são seus alunos e como é possível estabelecer pressupostos de igualdade, com condições de acessibilidade, quando todos são diferentes.

Quando os princípios da educação inclusiva são realmente implementados, os resultados podem ser a transformação das escolas regulares em unidades inclusivas, do mesmo modo que as escolas especializadas tornam-se parceiras de apoio e capacitação. Os profissionais trocam experiências e conhecimentos, e os alunos, a família e a comunidade ganham pela valorização da interação social e aceitação da diversidade humana (SANT’ANA, 2005).

Um dos benefícios que a inclusão traz à comunidade escolar é viver a experiência da diferença. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe ou pela cor, que assim exerçam a sua cidadania e ocupem o seu espaço na sociedade. Não se pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, respeitando o que ele é ou o que ele pode ser (CAVALCANTE, 2005).

Portanto, é responsabilidade de todos que compõem o sistema educacional desse país procurar se adequar as novas diretrizes curriculares, para que ocorra o acolhimento dos alunos com necessidades educacionais especiais nas salas regulares sem transtornos, pois o processo de aceitação e adaptação desses alunos na rede de ensino depende da maneira como os profissionais os recebem, e tratam as necessidades apresentadas por eles.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial tinha a intenção de ser direcionada para um determinado grupo de pessoas que não atendia aos padrões tidos como normais pela sociedade. Inicialmente, ela foi entendida como um atendimento educacional especializado que substituía a atuação dos professores no ensino comum, contribuindo para o atendimento do aluno com necessidades educacionais especiais em diferentes modalidades de ensino como classes especiais e, principalmente, em escolas especiais.

As primeiras ações voltadas para as pessoas com deficiência foi a institucionalização, caracterizada pela criação de ambientes especializados, mas segregados, no tratamento das pessoas com deficiência.

Verificando-se que a segregação também era um tipo de exclusão, o movimento pela integração começa a entrar em cena para diminuir a rejeição que essa clientela vivia. Pautada no paradigma de serviços, porém ainda seguindo ao modelo médico de deficiência, a integração tinha a intenção de adequar a pessoa com deficiência para que ela se tornasse apta a conviver em sociedade, reconhecendo que nelas havia potenciais para aprendizagem.

Conforme a teoria delineada neste trabalho sobre a ação inclusiva, é possível observar que a humanidade em sua evolução natural vem alcançando sua maior expressão sobre o pensar das “diferenças” e o “valor igualitário” de todos como cidadãos de direitos e deveres. Considera-se que a sociedade nessa concepção passa de fases de negligência, abandono e assistencialismo, para uma perspectiva mais inclusiva das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Foi neste campo que o presente estudo buscou compreender o real significado de que incluir é mais do que integrar na ação educativa. Com isso, a revisão de literatura permitiu uma análise distinta da Educação a partir do reconhecimento das diferenças de cada aluno. Após esta percepção a Educação contemporânea deixa seu papel tradicionalista para torna-se inclusiva, onde o aluno tem a possibilidade de entender que não é único e tão pouco o mais interessante de todos os seres, e sim que é parte de uma coletividade. Portanto, a lógica converte-se em uma aprendizagem do diverso, com destaque nas diferenças individuais e sociais que somente tende a enriquecer a construção dos saberes.

Pondera-se, que a maior expressão que pode levar o acolhimento em uma Educação Inclusiva é a forma como todos podem ser integrados em uma educação de qualidade, respeitando as limitações de cada um.

Acredita-se que esta transformação do ato de acolher como ação educativa inclusiva coloca o espaço escolar como um campo de democratização e participação social, onde a atuação docente deve ser proativa as novas demandas que implicam em uma articulação pedagógica necessária para captar e dar respostas as necessidades educativas de cada aluno, independente de suas diferenças.

Sem dúvida que tudo isso parece utópico, no entanto, as mudanças sociais e políticas vêm demonstrando que a Educação Inclusiva é um meio privilegiado para alcançar inclusão social.



## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYER, Hugo Otto. **A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial.** In: Inclusão: Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial/ MEC. Brasília, n. 02, p. 08-12, ago. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf>. Acesso em: 05 de Nov. de 2012.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 de out. de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 29 de out. de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº. 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 29 de out. de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: SEESP, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 29 de out. de 2012.

BUENO, M. S. S. O Banco Mundial e modelos de gestão educativa para a América Latina. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.34, nº 122, p. 445-466, São Paulo, maio/agosto, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22513.pdf>. Acesso em: 29 de out. de 2012.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Diversidade como paradigma de ação pedagógica na educação infantil e séries iniciais.** In: Inclusão: Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial/ MEC. Brasília, n. 01, p. 29-34, out. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 05 de Nov. de 2012.

CAVALCANTE, Meire. **A escola que é de todas as crianças.** In: Nova Escola: a revista do professor. Fundação Victor Civita. n. 182, p. 40 - 45, maio, 2005.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais – NEE** In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994. Disponível em: [http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf). Acesso em: 05 de Nov. de 2012.

DOMINGOS, Marisa Aparecida. **A escola como espaço de inclusão: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais.** **Dissertação** (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2005. 372f. : il. Disponível em: [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao\\_DomingosMA\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_DomingosMA_1.pdf). Acesso em: 15 de out. de 2012.

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade: material de formação docente.** 3. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educarnadiversidade2006.pdf>. Acesso em: 05 de Nov. de 2012.

FUNGHETTO, Suzana Schwerz. **Criatividade e educação especial: implicações e perspectivas na prática docente com alunos portadores de necessidades educacionais especiais.** **UNICEUB**, v.2, n.1, 2005. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/face/article/view/624>. Acesso em: 15 de out. de 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1999.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira.** **Revista Inclusão** nº 1, 2005, MEC/SEESP. Disponível em: [http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros\\_artigos/pdf/Edu\\_segrega.pdf](http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/Edu_segrega.pdf). Acesso em: 17 de out. de 2012.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **O Papel da Universidade Frente às Políticas Públicas para Educação Inclusiva.** *Revista Benjamim Constant*, ano 10, nº 29, p. 3-8, 2004. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/?catid=4&itemid=409>. Acesso em: 15 de out. de 2012.

GOMES, Claudia; GONZALEZ REY, Fernando Luis. **Psicologia e inclusão: aspectos subjetivos de um aluno portador de deficiência mental.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília/SP, v.14, n.1, p.53-62, Jan./abr. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382008000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000100005). Acesso em: 05 de Nov. de 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MEC/SEESP. **Política nacional de educação na perspectiva da educação inclusiva. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria ministerial nº 555 de 05 de julho de 2007.** In: *Inclusão: Revista da Educação Especial*. Secretaria de Educação Especial/ MEC. Brasília, v. 4 , n.1, p. 07-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/revinclusao5.txt>. Acesso em: 17 de out. de 2012.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação*, v. 11 n. 33, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acesso em: 05 de Nov. de 2012.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010. Disponível em: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeypp/article/viewFile/9842/9041>. Acesso em: 22 de outubro de 2012.

OLIVEIRA, Marla Vieira Moreira. **Educar para a diversidade: um olhar sobre as políticas públicas para a educação especial desenvolvidas no Município de Sobral (1995-2006)**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará-UECE, Fortaleza, 2008. 146f. Disponível em: [http://www.uece.br/politicassuece/index.php/arquivos/doc\\_view/83marlavieiramoreiradeoliveira1?tmpl=component&format=raw](http://www.uece.br/politicassuece/index.php/arquivos/doc_view/83marlavieiramoreiradeoliveira1?tmpl=component&format=raw). Acesso em: 17 de out. de 2012.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. Revista Educar, n. 33, p. 143-156, 2009. Editora UFPR. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602009000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010). Acesso em: 17 de out. de 2012.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: Inclusão escolar: pontos e contrapontos. Valéria Morin Arantes (Org.), 2º Ed. São Paulo: Summus, 2006. Disponível em: [http://cappf.org.br/wiki/download\\_wiki\\_attachment.php?attId=396](http://cappf.org.br/wiki/download_wiki_attachment.php?attId=396). Acesso em: 22 de out. de 2012.

RODRIGUES, David. **Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva**. In: Inclusão: Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial/ MEC. Brasília, v. 4, n.1, p. 33-40, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2012.

SALGADO, Simoni da Silva. **Inclusão e processos de formação**. In: Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. Marcos Moreira Paulino (Org.), São Paulo: Cortez, 2006.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. In: Inclusão: Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial/ MEC. Brasília, n.01, p. 07-17, out. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2012.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação Inclusiva: Concepções de Professores e Diretores. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, vol.10, n.2, p. 227-234, mai./ago. 2005. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/2871/287122083009.pdf>. Acesso em: 17 de out. de 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: o paradigma do século 21**. In: Inclusão: Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial/ MEC. Brasília, n. 01, p. 19-23, out. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2012.

SILVA, Simone Cerqueira da; ARANHA, Maria Salete Fábio. **Interação entre professora e**

**alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva.** Revista Brasileira de Educação Especial, v.11, n.3, pp. 373-394, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382005000300005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382005000300005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 05 de Nov. de 2012.

STAINBACK, Susan. **Considerações textuais e sistêmicas para a educação inclusiva.** In: Inclusão: Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial/ MEC. Brasília, n. 03, p 08-14, dez. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao3.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2012.